Sapinho, competindo-lhes a normal gestão da sociedade por forma a cumprir o seu objecto social, sendo necessária a assinatura de dois gerentes para obrigar a sociedade.

ARTIGO 8.º

No fim de cada ano civil, a gerência deverá proceder a inventário e organizar o balanço e a conta de ganhos e perdas, submetendo ambos juntamente com a sua proposta de aplicação de resultados a deliberação da assembleia geral ordinária da sociedade.

Está conforme o original.

18 de Novembro de 1998. — A Segunda-Ajudante, *Maria Madalena Baptista Santos Loureiro*. 3000220149

MÁRIO MONTEIRO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 342; identificação de pessoa colectiva n.º 500900019; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 06/961003.

Certifico que foi alterado o contrato da sociedade em epígrafe, tendo o artigo 10.º ficado com a seguinte redacção:

ARTIGO 10.º

Poderão ser exigidas a todos os sócios, na proporção das suas quotas, prestações suplementares até ao montante global de dois milhões quinhentos e trinta e dois mil escudos.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

20 de Novembro de 1998. — A Segunda-Ajudante, *Maria Madalena Baptista Santos Loureiro*. 3000220150

DIAMANTINO & JACINTO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8548; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 03/950912.

Certifico que entre Maria da Conceição de Matos Soares, Diamantino Manuel da Costa Cerqueira e Jacinto Candeias da Encarnação, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelos artigos constantes do seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de Diamantino & Jacinto, L.^{da}, tem a sua sede no concelho de Cascais, na Rua de Geraldo, lote 13, Amoreira, freguesia do Estoril.

2 — Por simples acto de gerência, a sede da sociedade pode ser deslocada no mesmo concelho ou limítrofes, bem como podem ser criadas ou extintas, sucursais, filiais e estabelecimentos no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto social é o exercido da actividade de exploração de restaurantes, bares, discotecas e a indústria de restauração em geral.

ARTIGO 3.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos e corresponde à soma de três quotas: uma do valor de vinte mil escudos pertencente à sócia Maria Conceição de Matos Soares, outra no valor de cento e noventa mil escudos pertencente ao sócio Diamantino Manuel da Costa Cerqueira e outra no valor de cento e noventa mil escudos pertencente ao sócio Jacinto Candeias da Encarnação.

ARTIGO 4.º

A cessão e a divisão de quotas a terceiros carece de consentimento da sociedade, mas é de livre vontade entre os sócios.

ARTIGO 5.º

1 — A sociedade obriga-se com a assinatura de dois gerentes, conforme vier a ser estipulado em assembleia geral que a representam em juízo e fora dele.

2 — Os sócios e os gerentes podem fazer-se representar; nas assembleias gerais por meio de simples carta, na gerência por procurador nomeado nos termos do artigo 261.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais.

3 — A assembleia geral no futuro, nomeará os gerentes, decidirá sobre a sua remuneração e bem assim como o período de tempo em que exercerão as suas funções.

4 — O gerente não poderá obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos ao objecto social.

ARTIGO 6.º

A sociedade mediante deliberação tomada por maioria simples, poderá exigir aos sócios, prestações suplementares de capital até ao montante de oito milhões de escudos, podendo também os sócios fazer suprimentos à sociedade, nos termos e condições legais.

ARTIGO 7.º

1 — No caso de falecimento, interdição ou inabilitação de qualquer dos sócios, a sociedade prosseguirá com os sobreviventes e os herdeiros do falecido, bem como com o representante do incapaz, os quais designarão no prazo de 30 dias quem os representa.

2 — No caso de morte de um sócio, os herdeiros nomearão um entre eles, que os represente enquanto a quota se mantenha indivisa.

3 — Se os herdeiros do falecido não pretenderem permanecer na sociedade, esta amortizará a quota respectiva, pelo preço do balanço; efectuado para o efeito.

ARTIGO 8.º

A sociedade mediante resolução tomada por maioria simples em assembleia geral, poderá associar-se a quaisquer outras pessoas ou entidades e adquirir ou subscrever quotas ou participações de qualquer espécie noutras sociedades.

ARTIGO 9.º

As assembleias gerais serão convocadas por postal ou carta registada, telegrama ou telefax, expedidos com a antecedência mínima de 15 dias, salvo nos casos em que a lei exigir outro prazo, ou ainda por publicação.

ARTIGO 10.º

Os litígios que oponham, os sócios ou entre estes e a sociedade, seus representantes ou sucessores, serão resolvidos mediante recurso a um juízo arbitral, renunciando os sócios desde já e expressamente ao foro ordinário.

Está conforme o original.

18 de Novembro de 1998. — A Segunda-Ajudante, *Maria Madalena Baptista Santos Loureiro*. 3000220152

MUANAPO — HOTELARIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8561; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 16/950921.

Certifico que Ulisses Manuel de Campos e Maria da Conceição Silvestre, constituiu a sociedade em epígrafe, que se rege pelos artigos constantes do seguinte contrato:

1.º

Firma

A sociedade adopta a firma MUANAPO — Hotelaria, L.^{da}

2.º

Sede

1 — A sociedade tem a sua sede na loja 4 do lote 1 na Urbanização Varandas de Cascais, em Alvide, freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais.

2 — A gerência poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 — É dispensada a deliberação dos sócios para a criação de sucursais, agências, delegações ou outras formas locais de representação.

3.º

Objecto

A sociedade tem como objecto a exploração de restaurantes, cervejarias, cafés e bares.

4.º

Capital

O capital social, já integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos dividido em duas quotas iguais de duzentos mil escudos, uma do sócio Ulisses Manuel de Campos e uma da sócia Maria da Conceição Silvestre.

5.º

Amortização de quotas

1 — A sociedade pode, cumprido o estatuído nos artigos 232.º e seguintes do Código das Sociedades Comerciais, amortizar a quota de qualquer dos sócios nos seguintes casos:

- a) Falência ou insolvência do sócio titular;
- b) Acordo entre a sociedade e o sócio;
- c) Arresto, penhora, arrolamento, oneração ou qualquer outra forma de apreensão, venda ou adjudicação judicial aos quais não tenha sido deduzida oposição ou esta tenha sido julgada improcedente.
- d) Quando o comportamento do sócio possa ser considerado como desleal ou perturbador do funcionamento daquela ou ameace causar-lhe prejuízo no seu bom nome, crédito ou interesses;
- e) Por morte do sócio titular.

2 — O valor da amortização será estabelecido por acordo entre os sócios.

3 — Na falta de acordo o valor da quota será fixado por arbitragem devendo para tanto, cada uma das partes indicar um dos árbitros, árbitros esses que, de comum acordo, poderão escolher um árbitro de desempate.

6.º

Cessão de quotas

A cessão total ou parcial mesmo nos casos previstos no n.º 2 do artigo 228.º do Código das Sociedades, depende do consentimento da sociedade.

7.º

Gerência

A administração da sociedade e a sua representação em juízo, e fora dele, incumbe ao sócio Ulisses Manuel de Campos, que fica desde já nomeada gerente, com ou sem remuneração conforme vier a ser deliberado em assembleia geral.

8.º

Lucros

No final de cada ano, os sócios podem deliberar, sempre sem prejuízo da reserva legal, que os lucros sejam distribuídos na proporção das respectivas quotas, ou destinados a outras reservas, sem qualquer limitação.

9.º

Suprimentos

O contrato de constituição de suprimentos, seja qual for o regime do contrato, será sempre estabelecido com estipulação de prazo.

10.º

Prestações suplementares

A sociedade poderá exigir prestações suplementares de capital, até ao montante de um milhão de escudos.

11.º

1 — A sociedade, por decisão da gerência, poderá subscrever e adquirir participações em outras sociedades mesmo responsabilidade ilimitada, sociedades reguladas por leis especiais, bem como participar em agrupamentos complementares de empresas, independentemente do respectivo objecto.

2 — A gerência poderá onerar ou alienar as participações referidas no número anterior, de que a sociedade seja titular.

3 — Não dependerá de deliberação dos sócios a prática pela gerência dos restantes actos previstos no artigo 246.º, n.º 2, do Código das Sociedades.

12.º

Por deliberação dos sócios podem ser derogadas as normas legais dispositivas.

Está conforme o original.

13 de Novembro de 1998. — A Segunda-Ajudante, *Maria Madalena Baptista Santos Loureiro*. 3000220175

ROPIVAL — COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO, L.DA

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8562; identificação de pessoa colectiva n.º 503034592; inscrição n.º 10; número e data da apresentação: 9/950327.

Certifico que foi transformada a sociedade em epígrafe em sociedade comercial anónima passando a denominar-se ROPIVAL — Confecções, S. A., que passa a reger-se pelos seguintes estatutos:

CAPÍTULO I**Denominação, sede, objecto e duração****ARTIGO 1.º**

A sociedade adopta a denominação de ROPIVAL — Confecções, S. A.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem a sua sede no Parque Industrial Cotai, Estrada de Mato Cheirinhos, freguesia de São Domingos de Rana, concelho de Cascais.

2 — Por simples deliberação do administrador único a sociedade poderá deslocar a sua sede, dentro do mesmo concelho, ou para concelho limítrofe.

3 — Por deliberação do administrador único poderão ser criadas ou extintas sucursais, filiais e agências, delegações ou outras firmas de representação em local e onde for julgado conveniente.

ARTIGO 3.º

A sociedade tem por objecto a indústria e comércio de gravatas, suspensórios e artigos congêneres, comercialização, importação, exportação e representação de marcas nacionais e estrangeiras de vestuário e acessórios da moda.

ARTIGO 4.º

A duração a sociedade é por tempo indeterminado, contando-se o seu início desde a data da sua constituição.

CAPÍTULO II**Capital social, acções e obrigações****ARTIGO 5.º**

1 — O capital social é de vinte milhões de escudos, representado por vinte mil acções no valor de mil escudos cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

2 — As acções são nominativas ou ao portador e reciprocamente convertíveis a pedido e a expensas dos accionistas interessados.

3 — As acções serão representadas por títulos de 1, 10, 50 e 100 acções.

ARTIGO 6.º

1 — O capital social poderá ser elevado, uma ou mais vezes, até ao montante de duzentos milhões de escudos, mediante deliberação do administrador único que fixará todos os termos e condições da emissão das acções.

2 — Na subscrição de novas acções resultantes de aumento de capital têm preferência os accionistas, na proporção das respectivas posições.

3 — Quando num aumento de capital haja accionistas que renunciem à subscrição de acções que lhes caberiam, serão essas acções oferecidas à subscrição dos demais accionistas na proporção das respectivas participações.

ARTIGO 7.º

A transmissão de acções, quer entre vivos quer por morte, é livremente permitida observadas as formalidades prescritas na lei.

ARTIGO 8.º

A sociedade pode emitir obrigações nos termos das leis aplicáveis.

ARTIGO 9.º

A sociedade pode adquirir acções próprias ou alheias, quotas ou partes sociais de qualquer sociedade e realizar sobre elas as obrigações que entenda conveniente.